



La Ciencia Diplomática y la Ciencia Forense en los procesos de documentos nacidos digitales

Juan Bernardo Montoya Mogollón

Sonia Maria Rodriguez Troitiño

Universidade Estadual Paulista-UNESP

FAPESP: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

juan.mogollon@unesp.br

sonia.troitino@unesp.br

Resumo:

A produção massiva documental no século XX e XXI, desbordou os limites de documentos produzidos na história da humanidade, colocando em risco tanto a autenticidade como a preservação a longo prazo. O objetivo do presente trabalho é realizar uma revisão histórica da Ciência Diplomática e da Ciência Forense Digital, que permita analisar como as duas ciências em questão, podem contribuir para verificar a autenticidade do documento nascido digital, além de criar mecanismos para a sua conservação e preservação. A metodologia escolhida, é de natureza teórica, na que, analisamos os principais expoentes das áreas mencionadas e seus principais métodos de estudo. E descritiva, já que mencionamos cada uma das contribuições de maior relevância na construção histórica das duas ciências. Os resultados do presente trabalho permitiram estabelecer, que tanto a Ciência Diplomática quanto a Ciência Forense Digital, são ciências complementares que analisam e verificam a autenticidade jurídica, histórica e administrativa dos documentos nascidos digitais. Da mesma forma, oferecem métodos para preservar esses documentos. Concluimos, que é relevante estudar de forma detalhada e aprofunda outras áreas de conhecimento com o interesse de fornecer subsídios para fortalecer tanto a Ciência Diplomática quanto a Ciência Forense para obter uma melhor aplicação no documento nato-digital.

Palavras Chaves: Ciência Diplomática. Ciência Forense. Documentos Nato-Digitais de Arquivo.

Diplomatic Forensics Science: A necessary historical review for born-digital record approach

Abstract:

Born-digital records were produced at the end of the 20th century and are still in the 21st century, with the aim of generating solutions to the documentary complexities of this dizzying society of knowledge. However, this massive documentary production has exceeded the limits of records produced in the history of humanity, putting both authenticity and its long-term

preservation at risk. The aim of the present work is to carry out a historical review of Diplomatic Science and Digital Forensic Science, which allows analyzing how the two sciences in question can contribute to verify the authenticity of the born-digital record, as well as to create mechanisms for its conservation and preservation long-term. The methodology chosen is of a theoretical nature, in which we analyze the main exponents of the mentioned areas and their main methods of study. It is descriptive, since we mention each one of the most relevant contributions in the historical construction of the two sciences. The results of this work allow us to argue that both Diplomatic Science and Digital Forensic Science are complementary sciences that analyze and verify the legal, historical and administrative authenticity of born-digital records. In the same way they offer methods to preserve these records in the long run. We conclude that it is relevant to study in detail and deepen other areas of knowledge with the interest of providing subsidies to strengthen both Diplomatic Science and Forensic Science to obtain a better application in the born-digital record.

Keywords: Diplomatic Science. Forensics Science. Born-Digital Records.

1 Introdução

Entendemos o documento como o meio preponderante para a comunicação de diversas atividades humanas. A evolução do suporte documental como a pedra, a argila, o papiro, o pergaminho e o papel, entre outros, criou desafios no decorrer da história. Esses suportes têm três elementos em comum: 1. são inteligíveis diretamente pelo olho humano; 2. sua conservação e preservação podem ser possíveis até em difíceis condições; e 3. quando realizada uma modificação ou alteração da informação de forma intencional, sua detecção pode ser identificável.

A contribuição da Diplomática e da Forense estabeleceram desde sua fundação, elementos teóricos e práticos para validar e comprovar a autenticidade dos documentos produzidos nos diferentes ambientes institucionais. A validação da Diplomática é feita por meio da análise dos caracteres internos e externos dos documentos, ou seja, analisa a informação de uma forma crítica e aprofunda que compõe o documento e seu suporte, além de informações adicionais que podem ser fixados no documento. A Ciência Forense por sua vez, reforça os métodos de comprovação da Diplomática, assegurando a cadeia de custódia documental para que ele seja utilizado como fonte de prova em cenários jurídicos, legais, administrativos, entre outros.

O surgimento das duas ciências mencionadas remete à Idade Média, momento histórico em que os estados da Europa começavam a solidificar-se. Os diplomas oficiais e solenes emitidos pelas chancelarias religiosas eram garantia para acrescentar o poder político dos Estados em formação. Sua falsificação começou a ser uma prática comum para legitimar essa força político-religiosa. Portanto, foi necessário por parte da própria igreja, estabelecer padrões

e metodologias para analisar a autenticidade desses documentos, uma primeira tentativa de uma Diplomática “empírica”.

Posteriormente, no século XVII, o monge beneditino Jean Mabillon desenvolveu uma metodologia para analisar a natureza dos documentos que acreditavam serem falsos. Em 1681, publicou *De re diplomatica libri sex*, fundando com isso o caráter científico da Diplomática e da Paleografia. Diferentes faculdades de direito na Europa, aprofundaram sobre o a autenticidade dos diversos documentos, em especial aqueles de natureza jurídica. A importância do campo forense foi determinante para vincular áreas de conhecimento como a Ciência Diplomática e as Ciências Forenses, embora seja hoje a Diplomática, uma Ciência aplicada no âmbito da Arquivologia e Ciência da Informação C.I.

O objetivo do presente trabalho se centra em realizar uma revisão histórica da Ciência Diplomática e da Ciência Forense desde seus primórdios, para posteriormente analisar o ressurgimento destas duas ciências aplicadas no contexto do documento digital. A Ciência Diplomática Digital, vista como Diplomática Especial, auxilia a verificação de autenticidade, confiabilidade e completude do documento digital, levando em consideração tanto sua identidade como sua integridade. A Ciência Forense por sua vez, estabelece regras para verificar que o documento não seja corrompido em qualquer etapa do ciclo de vida documental, além de garantir sua conservação e preservação a longo prazo de forma autêntica.

A metodologia utilizada foi teórica-descritiva e exploratória, levando em consideração os estudos de autores tanto clássicos como modernos. Esse tipo de trabalho ofereceu uma visão aprofundada das bases histórica das duas ciências abordadas para ser analisadas no contexto do documento nascido digital de arquivo. A parte exploratória se centra na “renovação” das ciências forenses e seu valor na realidade digital.

Os resultados da pesquisa se centram em oferecer aos documentos nascidos digitais de arquivo, a suficiente garantia para que eles sejam usados como fonte de prova administrativa, arquivística, legal, jurídica, entre outras. Analisando tanto seus caracteres internos e externos dentro dos sistemas digitais que produzem, conservam, preservam e dão acesso ao usuário. Da mesma forma, a maneira como a Ciência Diplomática e a Ciência Forense podem subsidiar elementos para garantir a autenticidade dos documentos em qualquer etapa do ciclo de vida documental.

A pertinência da presente pesquisa se fundamenta em que na atualidade precisamos de ciências que contribuam para a conservação e preservação da informação e conhecimento que se está produzindo em diferentes contextos. Se está observando que os documentos digitais têm um alto risco de ser alterados e de ficar obsoletos em curto prazo e, portanto, é urgente a

intervenção de ciências como a Diplomática e a Forense Digital para conservar e preservar esse acervo documental como meio para manter viva a memória da sociedade.

2 História da Diplomática

Que seria do reconhecimento histórico de Dom Jean Mabillon sem a controvérsia acontecida por causa da “crítica documental” feita pelo jesuíta Daniel van Papenbroeck aos diplomas da *Acta Sanctorum* (Atos dos Santos) em 1675? A resposta foi dada pelo próprio Papenbroeck, quando disse que “inspirou a Mabillon a escrever o excelente trabalho *De re diplomatic libri Sex* em 1681” (Royo, 2012). A resposta de Dom Jean Mabillon foi imediata na época, já que o Papenbroeck colocava em risco o poder eclesiástico ao afirmar que todos os diplomas merovíngios (séculos V a VIII) conservados nos mosteiros eram falsos.

E porquê Diplomática? Qual é seu objeto de estudo? Porquê continua sendo relevante depois de mais de trezentos anos de fundação? Essas questões têm que ser refletidas para conseguir pensar no valor da ciência na atualidade. Diplomática é um termo que se relaciona com os diplomas e cartas, entre outros documentos, produzidos na Idade Média com o objetivo de comemorar uma atividade solene, jurídica e de vital importância. O objeto de estudo nesse sentido desde seus primórdios eram os documentos solenes ou diplomas; com o passo do tempo, a ciência ampliou a análise de outros documentos. Hoje, a Diplomática voltou a ser relevante devido ao momento em que a autenticidade documental está constante questionamento e a preservação tem sérios desafios para ser levada a cabo.

O conceito de Diplomática foi incorporado para verificar a autenticidade dos documentos que produzidos, por um lado na autoridade eclesiástica, e por outro, nas diferentes autoridades civis (como as chancelarias), órgãos estabelecidos com o objetivo de gerar autenticidade por meio de elementos como a chancelas (selos antigos). A origem da palavra Diplomática em grego significa *διπλωματικός*, e está relacionada com o termo Diploma (*δίπλωμα*), com o prefixo “di” (*δι*) que significa dois, “fazendo referência em um primeiro momento a diversos objetos escritos caracterizados em duas partes constitutivas coladas sobre as mesmas e fechadas...” (Riesco-Terrero, 1999, p. 192, tradução nossa). Os documentos ou dípticos como eram chamados, eram tabuinhas de madeira enceradas que permaneciam dobradas (*πλωμα*) para preservar a informação escrita por um tempo e depois rescrita em papel e as tabuas eram raspadas e enceradas para ser reutilizadas (Romero-Tallafigo, 1994, p. 15).

No século XVIII, os beneditinos Toustain e Tassin complementaram a obra de Mabillon com a obra *Nouveau Traité de Diplomatiqué*. No século XIX, foi importante o trabalho do autor Teodore Sickel, e suas obras representativas da Diplomática Moderna, *Beiträge zur Diplomatik*

e *Acta regum et imperatorum Karolinorum*. Nesse século, Julio Ficker escreveu a obra *Beiträge Urkundenlehre*, em que estabeleceu a distinção entre as duas fases do documento: *actio e conscriptio* (Riesco-Terrero, 1999, p. 197).

O caráter científico da ciência ajudou no ensino em centros acadêmicos, onde se criaram diversas sociedades, instituições, academias e faculdades no século XIX. Áreas como o Direito, a História, a Filologia, entre muitas outras, se foram nutrindo da ciência Diplomática. As fontes documentais histórico-jurídico se fortaleceram nesse período nas ciências mencionada para a investigação historiográfica e a reconstrução do passado. E deu o surgimento de diversos tratados científico-culturais, em que se resgatam os trabalhos de Giry, Boüard, Bresslau, Prou, Redlich, Paoli, Schiaparelli, Brunner, Böhmer, Gloria, etc. (Riesco-Terrero, 1999, p. 197).

No século XX, a Diplomática continuou com sua linha de investigação aplicada e referenciada para a discussão da própria ciência e aplicada a os diversos documentos que são gerados pelos diversos sistemas informáticos. Foi criada a Comissão Internacional de Diplomática em 1968, com acadêmicos referentes como Bartoloni, Fichtenau, Bautier, Dumas, Cencetti, Tessier, Petrucci, Pratesi, Batelli, Sébanek, Canellas, Millares, Floriano, Carucci, Duranti, etc. (Riesco-Terrero, 1999, p. 197). Alguns desses autores como a acadêmica Luciana Duranti, estão neste século XXI realizando estudos focados na conservação e preservação de documentos nato-digitais de arquivo.

2.1 Diplomática Clássica

Antes do século VI não era observado uma crítica às fontes documentais, particularmente, como o expressa a autora Luciana Duranti (1996), porque o conceito de autenticidade, era determinado pelo lugar de conservação dos documentos e não pelos próprios documentos. Se os documentos se encontravam conservados em locais de autoridades eclesiásticas ou civis, não era necessário verificar sua autenticidade ou falsidade: “[...]. Em ocasiões, alguns começaram a levar falsificações aos escritórios destinados aos documentos para dar-lhes autenticidade[...].” (p. 23).

Outro fator não menos importante na Idade Média, se estabelece na importância da prova oral determinada pelos testemunhos, a qual era muitas vezes maior do que a prova escrita. A importância da prova oral é determinada pela tradição do Direito Civil Romano, em que prevalecia a testemunha ou a *viva você*, sobre as cartas escritas, especialmente nos séculos XII e XIII.

A crítica era focada em que os documentos escritos não refletiam a ação pela qual eram criados. O historiador Marc Bloch (2002), acreditava que a Diplomática surgiu como auxílio

no processo de verificar a autenticidade dos documentos, já que muitos deles eram escritos em épocas diferentes dos que declaravam serem escritos com a ideia de perpetuar o poder das autoridades civis e eclesiásticas:

A maioria dos escritos assinados com um nome suposto mente com certeza também pelo conteúdo. Um pretenso diploma de Carlos Magno revela-se, ao exame, como forjado dois ou três séculos mais tarde? Pode-se apostar mesmo que as generosidades com as quais qualifica a honra ao imperador foram igualmente inventadas. Porém, nem isso poderia ser admitido previamente. [Pois] certos atos foram fabricados com o único fim de repetir as disposições de peças perfeitamente autênticas, que haviam sido perdidas. [Excepcionalmente, uma falsificação pode dizer a verdade] (p. 97).

Nos séculos XIV e XV, intelectuais humanistas do Renascimento Italiano, começaram a aplicar aos documentos uma renovada crítica baseada em uma metodologia histórica. Os dois autores mais destacados foram, “Francesco Petrarca e Lorenzo Valla, os quais conseguiram provar que os privilégios outorgados a Áustria por César Augusto e Nero no século I e a doação feita por Constantino ao Papa Silvestres no Século IV eram falsificações” (Duranti, 1996, p. 23). Essa transição temporal dos Estados europeus desde a Idade Média até o Renascimento, estão convulsionadas pela quantidade de diplomas que precisavam ser analisadas para verificar sua autenticidade.

Por tanto, 1681 se constituiu em um ano de relevância histórica no contexto da Diplomática Científica. As revoluções dos Estados para se consolidar como potências em toda Europa era constante. Nesse período foram analisados uma importante quantidade de documentos para verificar sua autenticidade. Por isso, é que foi chamada de “*Bella Diplomática*, expressão latina em que a palavra *bella* é plural, de *bellum*, que significa “bélico”, “guerra” (Rondinelli, 2013, p. 105).

2.2 Diplomática Moderna

O caráter solene e jurídico dos documentos produzidos nos séculos V e XVII, determinavam uma ciência Diplomática restringida a esse escopo. Com a chegada do século XVIII, novos referentes da Diplomática foram surgindo com a ideia de expandir seu objeto de estudo. Os sucessores de Mabillon, Charles François Toustain e René Prosper Tassin, escreveram o tratado *Nouveau traité de diplomacie*, publicado entre 1750-1765, em que, analisaram os documentos de arquivo. O avanço da ciência abordou pela primeira vez documentos não jurídicos, gerados em diferentes contextos culturais e, portanto, com

características documentais específicas. “Por conseguinte, Mabillon criou a diplomática geral, enquanto Tassin e Toustan deram origem à diplomática especial (Rondinelli, 2013, p. 108)”.

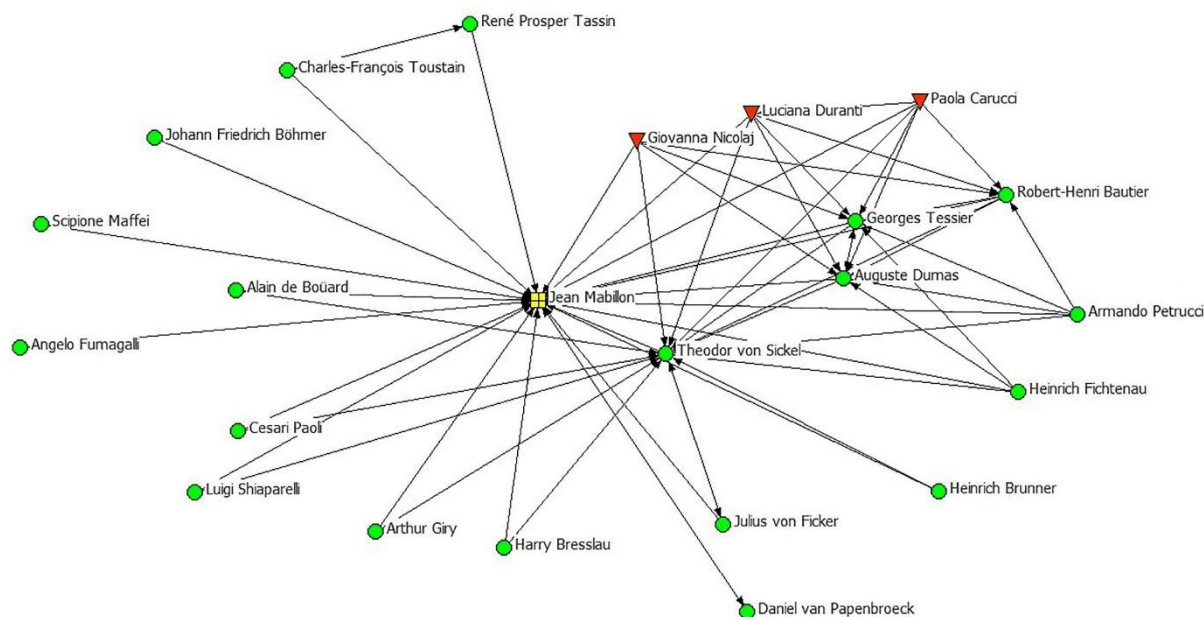
Nesse contexto, o século XIX parece mais profícuo no avanço da ciência, devido à quantidade de exponents que abordaram a ciência desde diferentes perspectivas. Os países de maior contribuição com o avanço da diplomática foram a Áustria e a Alemanha: Julius von Ficker, Teodoro von Sickel, Enrique Bresslau, Joan Friedrich Böhmer e Heinrich Brunner.

Nesse período, referentes de Itália de França tiveram também sua importância. O centro acadêmico de maior referência em França é «*L'Ecole de Chartes*» em 1821 e os Institutos Superiores de Pesquisa em cidades de Itália como Roma e Florência, entre outras: “[...] com promotores tão destacados como Guizot, Germon, A. Giry, A. de Boüard, Muratori, A. Fumagalli, S. Maffei, Baffi, A. Gloria, L. Lupi, C. Paoli, L. Schiaparelli, C. Maranesi, etc”. (Galende-Díaz e García-Ruipérez, 2003, p. 12).

No século XX, o esgotamento da ciência começou a ser evidente (Duranti, 1998), (Galende-Díaz e García-Ruipérez, 2003), (Rondinelli, 2013). Essa “Crise da Ciência Diplomática”, é dada principalmente à falta de consenso entre os autores. A crítica se dava na sua permanência como “antiquaria” (Romero-Tallafigo, 1994). Referentes como os autores Auguste Dumas (1930) e Robert-Henri Bautier (1961), refletiam por uma ciência Diplomática mais abrangente no campo documental e além dos *muros medievais*.

Os trabalhos dos autores Bautier e Tessier no século XX foram indispensáveis para abordar a ciência de forma dinâmica. A ideia de documento está agora na condição de prova. Os elementos externos do documento continuam sendo importantes, porém, sua disposição material e a ordenação interna do texto, ou seja, o “discurso diplomático” (Galende-Díaz e García-Ruipérez, 2003, p. 14).

Figura 2: Principais autores no estudo da Ciência Diplomática



Fonte: elaborada pelos autores

A renovada abordagem que se tem da ciência Diplomática na segunda metade do século XX, é entendida como um construto e uma função social segundo o diplomata tcheco Jindrich Sébanek, que deve estar presente na análise diplomática. Tese criticada por Alessandro Pratesi, quem explicava que a função social da diplomática é só um ponto de estudo da Diplomática, mas, não é o único possível (Galende-Díaz e García-Ruipérez, 2003, p. 15). Com as ideias expostas pelos autores mencionados, a Diplomática entra em uma nova discussão, tendo como abordagens elementos sociais, políticos, econômicos e até culturais.

2.3 Diplomática Aplicada em Documentos Nascidos Digitais

Novos desafios foram estabelecidos no final do século XX e começos do século XXI, com a chegada dos documentos digitais processados por um computador. Os desafios tiveram impacto tanto na Diplomática quanto na Arquivologia, já que, se precisava aprofundar na gênese do documento, nos elementos de forma e “do status de transmissão (minuta, original, cópia); e da contribuição da Arquivologia para classifica-lo, temporalizá-lo, descrevê-lo e preservá-lo” (Rondinelli, 2013, p. 140). O complemento das duas áreas de conhecimento, são necessárias para estudar a complexidade do documento digital e garantir sua conservação, preservação e acesso. Tarefa que ainda segue em processo de consolidação.

Os pressupostos teóricos analisados pelo autor Bautier na década dos anos 60 do século XX, ajudaram para que as duas áreas de conhecimento em questão, vincularam seus objetos de estudo, dando forma à Diplomática Arquivística. E no final desse mesmo século, fossem

estudados documentos em formato digital: “[...] Pode ser que o autor tivesse de fato tal pretensão, porém não contava com tamanha elasticidade, que permitisse o uso do método para criação e preservação de documentos eletrônicos no século XXI” (Tognoli, 2014, p. 106).

Para uma melhor compreensão da “nova” função da Ciência Diplomática, decidimos clarificar que se trata de uma Diplomática aplicada em Documentos Nascidos Digitais de Arquivo ou Arquivísticos. Levando em consideração que quando falamos de nascidos ou nato-digitais, estamos fazendo referência a documentos que foram produzidos especificamente em meio digital (lidos por meio de um computador) e codificados em dígitos binários de 0 e 1 (zero e um). O termo de arquivo ou arquivísticos, sugere no decorrer das atividades de uma pessoa física ou jurídica como ato de registrar transações de negócios.

As autoras Paola Carucci e Luciana Duranti, foram pioneiras em desenvolver um tipo de “Diplomática Especial” no contexto digital, depois de adaptar metodologias e teorias da Diplomática tradicional em documentos da moderna burocracia italiana. Porém, como explica a autoria Rosely Rondinelli (2013), a Diplomática Moderna ou Contemporânea se complementa com a Clássica e não supera à primeira. As diferenças entre as duas é que a primeira, estuda principalmente documentos medievais e constitui um fato de natureza jurídica, compilado de acordo com determinadas formas. A Diplomática Moderna por outra parte, se interessa por todos os documentos produzidos no curso de todo tipo de negócio.

Para o caso de documentos digitais, a autora Luciana Duranti liderou o projeto de investigação InterPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic System*) em 1999. Projeto que realizou inúmeras pesquisas centradas na estrutura do documento digital, vinculando áreas de conhecimento como: Diplomática, Arquivologia, Direito (Direito Forense na atualidade), Ciências da Computação, Engenharia de Computação e Estatística. Vinculando países do mundo inteiro.

A busca pela autenticidade é um pilar essencial no documento sem importar o seu momento histórico. E no contexto digital, para que o documento digital seja e mantenha sua fidedignidade, deve contar com três elementos fundamentais, segundo a Duranti (2009, p. 68):

1. A autenticidade: estabelecida pelos responsáveis de custodiar os documentos para que estes permaneçam fidedignos
2. a precisão, elemento não considerado pela Diplomática Geral, já que é um subproduto da confiabilidade e autenticidade documental. É baseado na completude dos dados ou informação do documento; e
3. A confiabilidade, determinada na fidedignidade de um documento como declaração de fato como de

conteúdo. Esses três elementos podem garantir a identidade e integridade documental outro aspecto relevante na busca da autenticidade.

A Diplomática e a Arquivologia são áreas de conhecimento que entenderam a necessidade de entender os desafios do mundo digital. E sua vinculação no século XX, deram a possibilidade de ter bases teóricas e metodológicas para uma ideal organização documental. A Diplomática forneceu elementos indispensáveis para a Arquivologia, porém, a Arquivologia de igual forma subsidiou elementos teóricos e práticos para que a Diplomática renovasse seu corpo teórico e prático no século XX e XXI.

3 História da Ciência Forense

A Ciência Forense é considerada uma área de conhecimento relativamente recente. No entanto, a construção dessa ciência tem vários séculos de consolidação. O autor Alexandre Silva (2010), explica o surgimento da perícia forense no Ocidente, desde o ano 130 da era cristã, passando pelo processo romano, a Idade Média e os séculos XV a XXI. O trabalho deste autor destaca a evolução da ciência em cada período histórico, até seu desenvolvimento no século XIX e XX, época em que se começa a falar de uma Ciência Forense Moderna.

A palavra Forense vem do latim *Forensics*, [...] que significa “de antes do fórum” [...]. Expressão usada na Roma antiga, centro de poder público e lugar onde eram resolvidas as questões políticas, econômicas, religiosas e administrativas. Os indivíduos que eram chamados para resolver os casos estabelecidos no Império, eram denominados *peritus*, “((a, um), adjetivo que significa o perito, douto, sábio, experimentado, inteligente)” (Silva, 2010, p. 13). Forense na atualidade remete à prova legal e/ou jurídica, que pode ser apresentada de forma pública. O Dicionário Jurídico Brasileiro (Santos, 2001, p. 102), define o termo como um adjetivo “relativo ao foro, aos tribunais; judicial”.

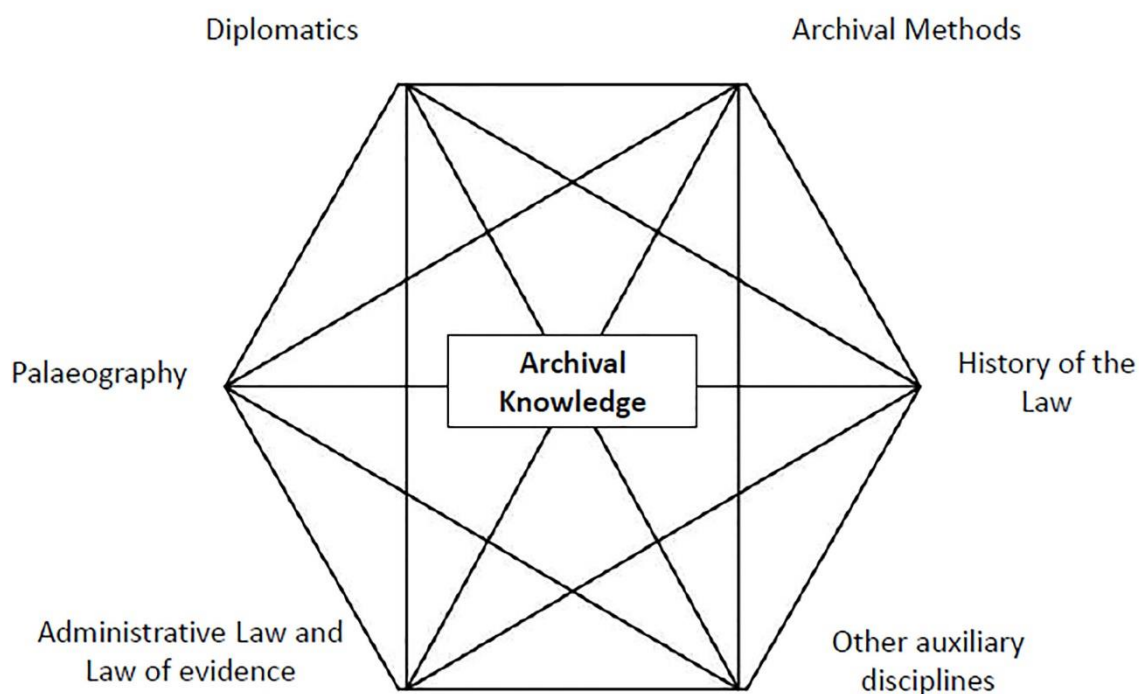
O caráter forense foi um elemento vinculado de forma estreita à Diplomática desde seus primórdios até o século XIX. A rica teoria e prática da Diplomática no século XIX, estava baseada principalmente no caráter jurídico e, portanto, diversas faculdades de Direito na Europa, aplicavam conceitos Diplomático-Forenses em seus estudos. No decorrer do século XX, observamos a vinculação da Diplomática com a Arquivologia e o sentido forense deixa de ter a relevância dos séculos anteriores. Isso, devido a que eram feitos estudos focados nos documentos de arquivo, especialmente no caráter administrativo e histórico e a atividade forense se perde.

Da mesma forma que os diplomatas no século XIX eram chamados de diplomatas forenses, segundo a autora Elizabeth Diamond (1994) escrevia que os arquivistas do século XXI, deviam retomar o caminho da Diplomática Forense para fortalecer a área:

Se o historiador é o advogado da História, então o arquivista é o cientista forense. Seu trabalho é adquirir, preservar, organizar, e dar acesso, tanto física como intelectualmente aos documentos de arquivo – o que a autora Hilary Jenkinson chamava de “provas materiais” do caso histórico. Um cientista forense pode ter uma opinião sobre acertos e erros em qualquer argumento particular, mas, não pode expressar essa opinião em um âmbito oficial [...] (p. 140, tradução nossa)

O objetivo da autora Diamond era a construir uma ciência interdisciplinar em que as diferentes ciências vincularam seus laços teóricos e metodológicos para criar um conhecimento global. A autora Luciana Duranti (2010), acredita que os arquivistas devem conhecer, discutir e aprofundar em outras fontes de conhecimento com o objetivo fortalecer a própria ciência. Em um momento tão determinante como o atual, em que novos suportes documentais se estão produzindo em formatos já não tão tangíveis.

Figura 2: Conhecimento Arquivístico



Fonte: Duranti, 2010

Duranti propõe fortalecer o conhecimento arquivístico, dialogando de forma recíproca com pelo menos seis áreas (algumas não muito usadas na atualidade): A diplomática, a paleografia, o direito administrativo e o direito probatório, a arquivística, a história do direito e outras disciplinas auxiliares. Dentro das áreas mencionadas a Ciência Forense está implícita para determinar a autenticidade dos documentos nascidos digitais como provas não somente nos âmbitos administrativos e arquivísticos, como também, em possíveis cenários legais e jurídicos.

3.1 Forense Digital

O interesse desta seção por aprofundar na teoria e no método Forense em documentos natos-digitais, explica-se por ser uma área que está começando a dar interessantes resultados em alguns países, entre os que se destacam principalmente o Canadá. Nesse país se criou o projeto de pesquisa, *“Digital Records Forensics Project”* coordenado também pela autora Luciana Duranti. O Projeto foi realizado entre os anos 2008 a 2011, com a colaboração de entidades tais como: *“the University of British Columbia’s School of Library, Archival and Information Studies (SLAIS), The UBC Faculty of Law, and the Computer Forensics Division of the Vancouver Police Department.”*

Os desafios provocados pela produção massiva de documentos nascidos digitais, fizeram que tanto a Ciência Diplomática quanto a Ciência Forense, juntaram seus conhecimentos para abordar o contexto do documento digital. Alguns autores chamam a ciência como “Diplomática Forense”. No entanto, acreditamos que ainda o processo está em caminho de solidificação e precisamos por enquanto, trabalhar as duas ciências de forma separada para uma melhor compreensão.

A Ciência Forense Digital tem como objetivo, aplicar “métodos provados e desenvolvidos cientificamente para a coleção, validação, identificação, análise, interpretação, documentação e apresentação da prova digital obtida em fontes digitais com o propósito de facilitar ou otimizar a reconstrução de eventos, assim como ajudar a prevenir ações não apropriadas ou autorizadas” (Duranti, 2012, p.7). O *corpus* teórico está baseado na junção do Direito Forense e as Ciências da Computação, o que explica como objetos digitais podem ser analisados como fontes de prova dentro de contextos legais. O juiz terá uma maior certeza na tomada de decisão para a resolução de quesitos legais verificando a autenticidade de uma fonte de prova digital mediado pela experiência de um perito forense ou de um profissional que tenha a competência de atestar se um documento é falso ou verdadeiro (Silva,2010).

Conceitos como a exatidão (*accuracy*), confiabilidade (*reliability*) e autenticidade (*authenticity*), são aplicados tanto na Ciência Forense quanto na Ciência Diplomática. No entanto, as formas de aplicação para a fidedignidade são realizadas de forma diferenciada. A autora Luciana Duranti (2009, p. 58) explica em relação a esses três conceitos que:

A Ciência Forense Digital fornece cinco passos ou fases para a conservação dos documentos natos-digitais de arquivo com um alto grau de confiança. Essas fases metodológicas estão descritas assim: a primeira fase consiste na localização e recuperação da prova digital. A segunda fase consiste na prioridade de examinar a “potencial” prova, determinando quais itens podem servir para propósitos de investigação, quais são mais sensíveis no tempo, com o risco de ser perdidos, corrompidos, entre outros. A terceira fase é examinar o material recuperado. A quarta fase é a interpretação dos elementos recuperados. A quinta fase é a apresentação de resultados em um relatório que podem incluir conclusões factuais, interpretações e opiniões expertas (Duranti, 2009, p. 63).

Os elementos metodológicos da Forense Digital oferecem princípios e fundamentos que utilizados com o conhecimento da Diplomática e a Arquivologia, fornecem possíveis soluções às complexidades atuais dos documentos nascidos digitais de arquivo. Portanto, o correto uso transdisciplinar das ciências nomeadas neste trabalho, vão contribuir com o fortalecimento tanto da Arquivologia quanto da Ciência da Informação. Da mesma forma, contribuíram para que os profissionais estejam melhor preparados para as complexidades descritas.

5 Conclusões

O presente trabalho foi realizado com o intuito de estudar e aprofundar na história da Ciência Diplomática e da Ciência Forense, desde seus primórdios até nossos dias. Nosso interesse primordial, foi estabelecer as bases históricas das duas Ciências e sua transformação no decorrer dos séculos. Isto, com o motivo de analisar a possibilidade de aplicar essas áreas de conhecimento em documentos natos-digitais de arquivo para verificar sua autenticidade, como também, de promover melhores práticas para sua conservação, preservação a longo prazo, recuperação e acesso.

Nossa tarefa para o futuro, será aprofundar em cada uma das áreas de conhecimento que trabalhamos de forma superficial nesta pesquisa, como foram: O Direito Comum ou Positivo e as Ciências da Computação. Isso com o interesse de ver como cada uma das áreas mencionadas, podem contribuir com o estudo documental. Da mesma forma, analisaremos futuramente cada um dos elementos extrínsecos e intrínsecos do documento diplomático,

especialmente no suporte digital, para tentar fazer um modelo de análise documental, que ofereça caminhos de pesquisa que contribuam a sua autenticidade e preservação.

Referências

Bloch, Marc. 2002 *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Brasil. Jorge Zahar, Editor.

Diamond, Elizabeth. 1994. "The archivist as forensic scientist – seeing ourselves in a diferente way". *Archivaria*, v. 38, pp. 139-154.
<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12031/13002>

Digital Records Forensics Project: <http://www.digitalrecordsforensics.org/>

Duranti, Luciana. 1996. *Diplomática: Usos nuevos para una antigua ciencia*. 1ra edición en castellano. Carmona, Sevilla. S&C Ediciones.

Duranti, Luciana. 2009. "From digital diplomatics to digital records forensics". *Archivaria, The Jornal of the Association of Canadian Archivists*. v.68, p. 39–66.
<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13229/14548>

Duranti, Luciana. 2010. "A Framework For Digital Heritage Forensics".
http://mith.umd.edu/forensics/wp-content/uploads/2010/05/4n6umd_duranti.pdf

Galende-Díaz, Juan, García-Ruipérez, Mariano. 2003. "El concepto de documento desde uma perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística". *Revista General de Información y de Documentación*, v. 13, n.2, p. 7-35.
<http://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID0303220007A>

Macneil, Heather. 2000. *Trusting records: Legal, Historical and Diplomatic Perspectives*. Netherlands. Springer Netherlands.

Riesco-Terrero, Ángel. 1999. *Introducción a la paleografía y la diplomática en general*. Madrid, España. Editorial Síntesis.

Rogers Corinne. 2015. "Diplomatics of born digital documents – considering documentary form in a digital Environment". *Records Management Journal*, Vol. 25 Iss 1 pp. 6 – 20.
<https://doi.org/10.1108/RMJ-03-2014-0021>

Romero-Tallafigo, Manuel. 1994. "Ayer y hoy de la diplomática, ciencia de la autenticidad de los documentos". En *Documento y Archivo de Gestión. Diplomática de ahora mismo*. Coordinado por Paola Carucci, 11-49. Sevilla. Universidad Internacional Menéndez Pelayo.

Rondinelli, Rosely. 2013. *O documento arquivístico ante a realidade digital. Uma revisão conceitual necessária*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasil. Editora FGV.

Royo, p. *Bollandistas*. 2008. <http://ec.aciprensa.com/wiki/Bollandistas>

Silva, Alexandre. 2010. "A perícia forense no Brasil". Dissertação (Engenharia Elétrica) – Universidade de São Paulo (USP).
http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=20&Itemid=96&lang=es&cx=011662445380875560067%3Acack5lsxley&cof=FORID%3A11&hl=es&q=Direito+Forense&siteurl=www.teses.usp.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_jumi%26fileid%3D20%26Itemid%3D96%26lang%3Des&ref=www.teses.usp.br%2F&ss

Santos, Washington. 2001. Dicionário Jurídico Brasileiro. Belo Horizonte, Brasil. Livraria Del Rey Editora.

Tamayo, Alberto. 1996. Archivística, Diplomática y Sigilografía. Espanha. Editorial Catedra, The International Research On Permanent Authentic Records In Eletronic System (InterPARES). <http://interpares.org/>

Tognoli, Natália. 2014. A Construção teórica da diplomática. Em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. 1ª edição. São Paulo, Brasil. Editora UNESP.